

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.302.354 - SP (2018/0119867-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : RADAC IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA
ADVOGADOS : ISIDORO ANTUNES MAZZOTINI E OUTRO(S) - SP115188
GUILHERME DE OLIVEIRA DE BARROS - SP335750
FRANCISCO DUARTE GRIMAUTH FILHO - SP221981
ADONES DA SILVA ANISIO - SP377803
AGRAVADO : M DESIGN COMERCIAL IMPORTADORA E
EXPORTADORA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : KLEBER DE NICOLA BISSOLATTI - SP211495
ADNAN ABDEL KADER SALEM - ADMINISTRADOR
JUDICIAL E OUTRO(S) - SP180675
EDGAR DE NICOLA BECHARA - SP224501
MONIQUE HELEN ANTONACCI - SP316885
MARIA JULIA MASSARINI DA CRUZ - SP392655
MATHEUS RODRIGUES COSTA DE OMENA - SP403088

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÕES DE OFENSA AOS ARTS. 1.022 E 489 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por RADAC IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Plano aprovado pela assembléia geral de credores. Condições gerais de pagamento. Decisões tomadas em assembléia geral de credores que não são soberanas a ponto de retirar do Poder Judiciário o controle de legalidade, ainda que na hipótese de aprovação do plano em assembleia. Fixação de deságio em 55%.

Abusividade não configurada. Prazo de treze meses de carência para o pagamento do débito em até nove anos. Pagamento que somente será iniciado após o decurso do prazo

Superior Tribunal de Justiça

bienal de supervisão judicial (art. 63 da LRF). Possibilidade. Aprovação das medidas pelos credores. Necessidade de concessão de prazo para reorganização da atividade produtiva. Previsão de reorganização societária. Medida destinada a possibilitar a reorganização da recuperanda, com a finalidade de assegurar o cumprimento do plano homologado. Ilegalidade não verificada. Inexistência de cláusula prevendo a liberação dos garantidores. Recurso improvido. (e-STJ fl. 184)

Opostos embargos de declaração, restaram desacolhidos (e-STJ fl. 207).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente, alegando a violação dos arts. 1.022, II, e 489, §1º, IV e VI do Código de Processo Civil de 2015 sustentou, em síntese, a existência de omissão e deficiência na fundamentação do acórdão recorrido no que atine ao deságio abusivo, possibilidade de reorganização societária e impossibilidade de novação da dívida em relação aos coobrigados (e-STJ fls. 224-225).

Contrarrazões às fls. 234-245.

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

Às fls. e-STJ 295-297, consta parecer por meio do qual opina o Ministério Público Federal pelo desprovimento do presente recurso haja vista a ausência de violação aos dispositivos de lei federal apontados.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Em relação à ofensa aos artigos 1.022 e 489 do Código de Processo Civil por suposta omissão e deficiência na fundamentação do acórdão recorrido no que atine ao deságio abusivo, possibilidade de reorganização societária e impossibilidade de novação da dívida em relação aos coobrigados, constata-se que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide **com fundamentação suficiente a controvérsia**.

Superior Tribunal de Justiça

Na hipótese em exame, a Corte local assim consignou quanto à matéria, *verbis*:

Em primeiro lugar, não há qualquer abusividade ou ilegalidade no deságio de 55% sobre os créditos da classe III (fs. 140). Não se deve perder de vista que foram os próprios credores que preferiram aceitar o deságio proposto, ao invés de optar pela falência da agravada.

(...)

No caso, os credores anuíram expressamente com o período de carência mencionado e, conseqüentemente, com o início dos pagamentos apenas na fase extrajudicial de execução do plano, de modo que não se vislumbra a necessidade de qualquer intervenção do Poder Judiciário neste aspecto.

(...)

Igualmente não se verifica qualquer ilegalidade na cláusula 7ª do plano de recuperação judicial, que autoriza a agravada a realizar “I - Cisão, incorporação, fusão ou transformação da sociedade, constituição de subsidiária integral, venda de unidade produtiva isolada, II - Alteração do controle societário e III - Aumento de capital social” (fs. 78).

Veja-se que a adoção das medidas mencionadas somente será realizada em benefício da empresa, com a finalidade de assegurar o cumprimento do plano de recuperação homologado. Nessas condições, não prospera a genérica insurgência apresentada pela agravante, sobretudo porque não há notícia de qualquer reorganização societária por parte da agravada, por ora.

(...)

Ademais, verifica-se que a cláusula 9ª do plano de recuperação judicial prevê apenas a novação dos créditos da agravada que forem anteriores ao pedido de recuperação judicial, sem qualquer menção a liberação dos coobrigados, fiadores e obrigados de regresso.

Veja-se que a disposição mencionada faz referência expressa ao art. 59 da Lei n. 11.101/2005 (fs. 80), que prevê expressamente que “O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 desta Lei”.

Assim sendo, não se verifica qualquer risco de projeção da novação aos garantidores, como sugerido pela agravante em sua inicial. (e-STJ fls. 187-191 g.n.)

Assim, a pretensão recursal, em verdade, traduz-se em **inconformismo**

Superior Tribunal de Justiça

com a decisão posta. Amolda-se à espécie, pois, o entendimento pretoriano consolidado quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.
(...)*

2. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não se configura ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.

3. (...)

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 1265516/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010, grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. MULTA ADMINISTRATIVA. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente, tampouco se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

2. Diante dos fundamentos assentados no acórdão recorrido, verifica-se que rever o entendimento do Tribunal

Superior Tribunal de Justiça

de origem quanto à inexistência de vícios no processo administrativo, que resultou na aplicação de multa à recorrente, demandaria reexaminar as provas constantes dos autos ou, ainda, interpretar as cláusulas contratuais firmadas entre as partes, medidas vedadas em recurso especial ante o óbice fundado nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1036898/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

Assim, não procedem as alegações recursais.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NEGAR provimento ao recurso especial.

Advirta-se que "*não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários*" (**AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016**).

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de setembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator